



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXVIII — Nº 8

QUARTA-FEIRA, 13 DE JANEIRO DE 1993

BRASÍLIA — DF

## Sumário

Página

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	81
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	81
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR .....	85
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO .....	89

## Superior Tribunal de Justiça

### Conselho da Justiça Federal

PORTARIAS DE 11 DE JANEIRO DE 1993

O MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ, PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Nº 02 — EXONERAR a Bacharel em Biblioteconomia NEIDE ALVES DIAS DE SORDI, Técnico Judiciário, Nível Superior, Classe "A", Padrão III, do Quadro de Pessoal Permanente do Superior Tribunal de Justiça, do cargo em comissão de Diretor da Divisão de Estudos e Pesquisas, Código CJF-DAS-1D1.3, do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, em virtude de ter sido nomeada para outro cargo em comissão.

Nº 03 — NOMEAR a Bacharel em Biblioteconomia NEIDE ALVES DIAS DE SORDI, Técnico Judiciário, Nível Superior, Classe "A", Padrão III, do Quadro de Pessoal Permanente do Superior Tribunal de Justiça, para exercer o cargo em comissão de Assessor, Código CJF-DAS-1D2.5, da Assessoria do Gabinete do Ministro Coordenador-Geral da Justiça Federal.

MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ

## Tribunal Superior do Trabalho

### Quarta Turma

PROC. Nº TST-AI-51.228/92.1

TRT-15<sup>a</sup> REGIÃO

Agravante : FEPASA - FERROVIA PAULISTA S/A  
Advogada : Dr. Fátima Joly Guarita Bacco  
Agravado : MÁRIO APARECIDO CATUZZO  
Advogado : Dr. Sérgio Mendes Valim

PROC. Nº TST-E-RR-4.653/89.9

TRT-2<sup>a</sup> REGIÃO

Embargante: COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC  
Advogados : Dr. Alberto Couto Maciel e Dr. Aref Assreuy Jr.  
Embargados: JOSÉ GARCIA DE MENEZES E OUTROS  
Advogado : Dr. Oswaldo Pizardo

D E S P A C H O

A egrégia Quarta Turma não conheceu do recurso de revista da reclamada quanto ao tema da prescrição, por entender aplicáveis os Enunciados nºs 296 e 221 do TST. Por outro lado, em relação ao alcance

D E S P A C H O

Ante os termos do expediente de fls. 70/72, protocolizado sob o número 33.399/92.6, em que se noticia a desistência da ação por parte do reclamante, em petição anexada aos autos do processo principal que corre perante a MM. JCJ de Rio Claro, e considerando, ainda, o trânsito em julgado da decisão proferida no agravo de instrumento, determino a baixa dos autos à Junta de Conciliação e Julgamento de origem, para as providências cabíveis.

Publique-se.  
Brasília, 09 de dezembro de 1992.

MINISTRO ERMES PEDRO PEDRASSANI  
Presidente da Turma

PROC. Nº TST-E-AI-52.715/92.8

TRT 3<sup>a</sup> REGIÃO

Embargante: INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS  
Procurador: Dr. Luiz Freire Melo  
Embargada : DEILSA FERNANDES S. RODRIGUES  
Advogada : Dr. Marília Alves de Souza

D E S P A C H O

A egrégia 4<sup>a</sup> Turma negou provimento ao agravo de instrumento do reclamado, interposto contra o r. despacho denegatório de sua revista, por não se enquadrar nos pressupostos de admissibilidade a que alude o art. 896 da CLT. O entendimento do duto colegiado no sentido da confirmação do despacho agravado resultou da aplicação dos Enunciados nºs 297 e 296 do TST (fls. 112/113).

Nos embargos (fls. 115/122), o demandado pretende a reforma do v. acórdão, desenvolvendo argumentos em torno da viabilidade de sua revista, ante a configuração de divergência jurisprudencial e violação do Decreto-Lei nº 779/69. Alega vulneração do art. 5<sup>a</sup>, incisos XXXV e LV, da Carta Política, sustentando que se o recurso não for apreciado nesta Corte restará prejudicada a garantia constitucional inserida nos referidos dispositivos.

A viabilidade dos embargos contra decisão proferida em agravo de instrumento está condicionada à demonstração de literal ofensa ao art. 153, § 4º, da Constituição Federal de 1967, correspondente ao art. 5<sup>a</sup>, inciso XXXV, da atual Carta Política, na forma do disposto no Enunciado nº 183-TST.

No caso concreto, o referido preceito constitucional, embora invocado pelo reclamado, não restou violado, não havendo que se falar em ausência de apreciação de lesão ou ameaça a direito por esta Justiça Especializada. Com efeito, o egrégio Regional, quando do exame do recurso ordinário da reclamada, limitou-se a consignar a existência de prova nos autos, no sentido de a reclamante, na ocasião do pedido de demissão, estar em gozo de licença médica concedida pela Previdência Social, o que ensejava a nulidade da resilição, responsabilizando o empregador pelo pagamento dos salários até a efetiva reintegração. O indeferimento da revista, por outro lado, resultou do não enquadramento das razões nos pressupostos do art. 896 da CLT.

Por outro lado, o agravo de instrumento, dada sua natureza, não adentra matéria meritória, permanecendo adstrito ao exame da adequação dos fundamentos do despacho indeferitório do recurso. Assim, não há falar-se em desrespeito à garantia constitucional inscrita no inciso LV do art. 5<sup>a</sup>.

Ante o exposto, não demonstrada a vulneração do art. 5<sup>a</sup>, incisos XXXV e LV, da Carta Política, nega-se seguimento aos embargos com supedâneo no Verbete nº 183-TST.

Publique-se.  
Brasília, 07 de dezembro de 1992.

MINISTRO ERMES PEDRO PEDRASSANI  
Presidente da Turma

D E S P A C H O

A egrégia Quarta Turma não conheceu do recurso de revista da reclamada quanto ao tema da prescrição, por entender aplicáveis os Enunciados nºs 296 e 221 do TST. Por outro lado, em relação ao alcance

da expressão "salário normal", para efeito do cálculo da complementação de aposentadoria, assim como no ponto alusivo à inclusão do 13º salário no cômputo do benefício, o recurso não foi conhecido por óbice no Enunciado nº 126 desta Corte (fls. 288/289).

Nos embargos (fls. 291/297), a reclamada sustenta que o não conhecimento de sua revista importou em ofensa ao art. 896 da CLT. No tocante à prescrição, defende a aplicabilidade do Enunciado nº 294 do TST já que, além de existir ato único do empregador o benefício não decorre de lei. Relativamente aos demais tópicos, alega que a revista tinha amparo em divergência válida, não havendo que se falar na incidência do Enunciado nº 126-TST.

No que concerne à integração do 13º salário no cálculo da complementação de aposentadoria, o recurso de revista merecia conhecimento pelo ângulo da divergência jurisprudencial.

A egrégia Corte Regional consignou que embora o aviso nº 64, norma instituidora do benefício, seja anterior à lei que criou o 13º salário, é devida sua inclusão no pagamento da complementação de proventos, de forma a garantir ao aposentado a mesma remuneração que receberia se na ativa estivesse.

A decisão paradigmática transcrita a fls. 258, analisando matéria idêntica, acerca da interpretação do mesmo regulamento, afirma que o 13º salário, por ter sido criado posteriormente, não deve integrar o cálculo da complementação de aposentadoria de que trata o aviso nº 64, que, por não prever tal hipótese, deve ser objeto de interpretação restritiva.

Assim, considerando-se uma possível afronta ao art. 896 da CLT, admitem-se os embargos.

Vista à parte contrária para, querendo, oferecer contra-razões no prazo legal.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 1992.

MINISTRO ERMES PEDRO PEDRASSANI  
Presidente da Turma

PROCESSO N° TST-E-RR-18.006/90.4

TRT 2ª REGIÃO

Embargante: FORD DO BRASIL S/A  
Advogado : Dr. Márcio Yoshida  
Embargado : JOSÉ BORZI  
Advogado : Dr. Alino da Costa Monteiro

#### DESPACHO

A egrégia 4ª Turma não conheceu do recurso de revista da demandada quanto ao tema alusivo aos juros de mora previstos no Decreto-Lei nº 2.322/87, com supedâneo no Enunciado nº 221/TST (fls. 174/176).

Nos embargos (fls. 178/181), articula a reclamada com ofensa ao art. 896 da CLT, ao fundamento de que sua revista merecia conhecimento ante a impossibilidade da incidência do percentual majorado pelo Decreto-Lei nº 2.322/87 relativamente ao período anterior à sua vigência, consoante dispõem o art. 5º, inciso XXXVI, da Carta Política e o Enunciado nº 307/TST.

Registre-se, de plano, a ausência de regularidade processual, pressuposto essencial à existência do recurso. O subscritor das razões de embargos recebeu poderes por meio de substancial (fls. 181), passado por advogado que não possui procura nos autos, não lhe sendo permitido, à luz do art. 37 do CPC, representar a parte em juízo.

A consequência da interposição de recurso sem a comprovação de outorga de poderes a seu signatário é a sua inexistência, na forma do Enunciado nº 164/TST. Sublinhe-se não restar evidenciado mandatário, pois não consta nos autos qualquer certidão comprobatória do comparecimento do subscritor dos embargos à audiência em companhia da parte, circunstância que poderia configurar a procura apud acta.

Ante o exposto, nega-se seguimento aos embargos.

Publique-se.

Brasília, 09 de dezembro de 1992.

MINISTRO ERMES PEDRO PEDRASSANI  
Presidente da Turma

PROC. N° TST-E-RR-30.115/91.2

TRT 4ª REGIÃO

Embargante: CARMELINDO PEREIRA SARMENTO  
Advogado : Dr. José Torres das Neves  
Embargado : BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S/A  
Advogado : Dr. José Alberto Couto Maciel

#### DESPACHO

A egrégia Quarta Turma não conheceu do recurso de revista do reclamante quanto ao tema da equiparação salarial, por aplicação do Enunciado nº 126 do TST. Por outro lado, relativamente à integração da gratificação especial de função e horas extras na complementação de aposentadoria, o recurso não foi conhecido ante a incidência dos Enunciados nºs 126 e 221 desta Corte.

Nos embargos, o demandante sustenta que o não conhecimento de sua revista importou em ofensa ao art. 896 da CLT, pois o recurso tinha amparo tanto em divergência jurisprudencial quanto em violação de lei.

Com relação à integração das horas extras na complementação de aposentadoria, o recurso de revista do autor merecia conhecimento por divergência jurisprudencial.

A egrégia Corte Regional indeferiu a pretensão do autor consignando fundamentos no sentido de que o Regulamento do IAS, norma instituidora da complementação de aposentadoria, não contempla as horas suplementares como parcela integrante da composição do benefício. O arreto paradigmático colacionado na íntegra e em fotocópia autenticada às fls. 305/311, no qual figura o mesmo reclamado, analisando matéria idêntica, conclui que, embora não haja menção à verba controvérsia no regulamento, as horas extras, dado o seu caráter salarial, integram-se à remuneração para todos os efeitos, devendo ser consideradas no cálculo do aludido benefício.

Ante o exposto, diante da configuração de ofensa ao art. 896 da CLT, admitem-se os embargos, independentemente das demais alegações lançadas no recurso.

Vista à parte contrária para, querendo, contra-arrazoar no prazo legal.

Publique-se.

Brasília, 03 de dezembro de 1992.

MINISTRO ERMES PEDRO PEDRASSANI  
Presidente da Turma

Proc. n° TST-RR-23.681/91.4

4ª Região

Recorrentes: ADA MARIA SMIDT E OUTROS  
Advogado : Dr. Paulo R. C. de Carvalho  
Recorrida : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

#### DESPACHO

Ada Maria Smidt e outros, através da petição nº 30.090/92.3 (fls. 754/755), requerem, com fundamento nos artigos 463, inciso I, do CPC e 833 da CLT, a correção de erro material ocorrido na parte dispositiva do Acordo de fls. 748/752, onde ao invés de constar o provimento do Recurso de Revista dos Reclamantes em relação ao pagamento da URPI de fevereiro de 1989, como se verifica da fundamentação (fls. 750), constou, por unanimidade, negar provimento.

Em que pese à eventual ocorrência do erro material apontado, declaro-me incompetente para manifestar-me sobre qualquer alteração no presente feito, uma vez que o Acordo referenciado encontra-se publicado e sequer participei do julgamento anterior.

Em sendo assim, remeto os autos ao eminente Ministro Presidente da E. 4ª Turma desta Corte para as providências de Direito.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 1992.

MINISTRO LEONALDO SILVA  
Relator

PROCESSO N° TST-E-RR-24.090/91.6

TRT 9ª REGIÃO

Embargante: OSMÁRIO JOÃO WINKERT  
Advogada : Dr. Rita de Cássia Barbosa Lopes  
Embargada : TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ S/A - TELEPAR  
Advogada : Dr. Ana Maria José Silva de Alencar

#### DESPACHO

A egrégia Quarta Turma deu provimento ao recurso de revista da demandada para restabelecer a r. sentença de primeiro grau, ao entendimento de ser inviável a reintegração pretendida pelo reclamante com base em regulamento empresarial que dispunha sobre garantia no emprego, porque à época da despedida a norma já se encontrava revogada pelo DC - 24/84 (fls. 209).

#### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional — IN  
SIG — Quadra 6, Lote 800 — 70604-900 — Brasília/DF  
Telefones: PABX: (061) 321-5566 — Fax: (061) 225-2046  
Telex: (061) 1356  
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA  
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR  
Coordenador de Produção Industrial

#### DIÁRIO DA JUSTIÇA — Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSÉ EDMAR GOMES — MIGUEL FELIX DOS ANJOS  
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

#### Diário Oficial

#### Diário da Justiça

Preços	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral .....	Cr\$ 386.000,00	Cr\$ 98.000,00	Cr\$ 351.000,00	Cr\$ 390.000,00	Cr\$ 618.000,00

Portes:

Superficie .....	Cr\$ 244.200,00	Cr\$ 120.120,00	Cr\$ 215.160,00	Cr\$ 244.200,00	Cr\$ 441.540,00
Aéreo .....	Cr\$ 609.840,00	Cr\$ 300.300,00	Cr\$ 609.840,00	Cr\$ 609.840,00	Cr\$ 1.104.180,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas — SEAVEN/DICOM  
Telefone: (061) 226-6812  
Horário: 7:30 às 19:00 horas



## PROCESSO N° TST-RR-49.844/92.0

TRT 12ª REGIÃO

Recorrente : BANCO BEMRINDUS DO BRASIL S/A  
 Advogado : Dr. Robson Neves Filho  
 Recorrido : EDSON RENATO DIAS  
 Advogado : Dr. Armando Lins Júnior

## DESPACHO

Ante os termos do expediente de fls. 128/133, protocolado sob o nº 33.385/92.2, em que as partes noticiam a ultimação de composição amigável da lide, pondo fim à demanda, determino o retorno dos autos à MM. JCJ de origem a fim de que seja examinado o acordo e homologado com as cautelas legais, para que produza os efeitos jurídicos próprios.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 1992.

MINISTRO ERMES PEDRO PEDRASSANI  
 Presidente da Turma

## Superior Tribunal Militar

## Diretoria Judiciária

Ata de Distribuição Automática de Processos nº 103/92  
 Distribuição Ordinária, em 18 de dezembro de 1992

Presidente o Exmo Sr. Ministro: HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA  
 Às 16:55 horas, no Gabinete da Presidência, foram distribuídos através do Sistema de Processamento de Dados, os seguintes feitos:

## APELAÇÃO (FE)

Nº 048857-0/RJ

APELANTES: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto a 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM e NILSON DA SILVA DUARTE, Cb. Mar., condenado a 08 meses de prisão, como inciso no art. 187 do CPM.  
 APELADA : A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 21 de outubro de 1992.  
 ADVOGADA : Drª Tânia Sardinha Nascimento  
 RELATOR : Min. JORGE JOSÉ DE CARVALHO  
 REVISOR : Min. PAULO CÉSAR CATALDO

Nº 048858-9/PR

APELANTE : ODAIR DE CAMPOS, Sd. Ex., condenado a 08 meses de prisão, como inciso no art. 187, do CPM, com o direito de apelar em liberdade.

APELADA : A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 5ª CJM, de 04 de novembro de 1992.

ADVOGADOS: Drs. Edgar Leite dos Santos e Ione de Souza Cruz Mesquita  
 RELATOR : Min. LUIZ LEAL FERREIRA  
 REVISOR : Min. ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA

Nº 048860-0/DF

APELANTE : JOSÉ AUGUSTO FRUTUOSO, Sd. Ex., condenado a 03 meses de prisão, como inciso no artigo 187, c/c o artigo 189, inciso I, primeira parte, ambos do CPM.

APELADA : A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 30 de outubro de 1992.

ADVOGADOS: Drs. Alexandre Lobão Rocha e Adhemar Marcondes de Moura  
 RELATOR : Min. EVERALDO DE OLIVEIRA REIS  
 REVISOR : Min. ALDO DA SILVA FAGUNDES

Nº 048861-8/RJ

APELANTE: RICARDO ALVARENGA DA SILVA, Cb. Mar., condenado a 06 meses de prisão, como inciso no art. 187, do CPM.

APELADA : A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 21 de outubro de 1992.

ADVOGADA: Drª Tânia Sardinha Nascimento  
 RELATOR : Min. GEORGE BELHAM DA MOTTA  
 REVISOR : Min. ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES

Nº 048862-7/RJ

APELANTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto a 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM.

APELADA : A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 18 de novembro de 1992, que absolveu o 3º Sgt. Mar. SIDON EFRAIN ALVES MAIA, do crime previsto no artigo 187 do CPM.

ADVOGADA: Drª Tânia Sardinha Nascimento  
 RELATOR : Min. CHERUBIM ROSA FILHO  
 REVISOR : Min. EDUARDO PIRES GONCALVES

Nº 048863-5/RJ

APELANTE : MARCELO ALVES DA COSTA, Sd. Ex., condenado a 06 meses de prisão, como inciso no art. 187, do CPM, com o direito de apelar em liberdade, tendo sido extinta a punibilidade, com fulcro no art. 123, inciso II, do mencionado código, c/c o art. 19, inciso I, alínea "A", do Decreto nº 568, de 16 de outubro de 1992, conforme Ofício nº 471, da Exma Sra Juíza-Auditora da 3ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, de 10 de dezembro de 1992.

APELADA : A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, de 03 de novembro de 1992.

ADVOGADAS: Dras. Mariza Pereira do Couto e Ana Maria David Cortez  
 RELATOR : Min. WILBERTO LUIZ LIMA  
 REVISOR : Min. ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES

## APELAÇÃO (FO)

Nº 048859-5/DF

APELANTE : ROGER DE ARAÚJO CAVALCANTI, Sd. Ex., condenado a 01 ano de prisão, como inciso no art. 280, do CPM, com o benefício do "SURSIS" pelo prazo de 02 anos.

APELADA : A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 08 de novembro de 1992.

ADVOGADOS: Drs. Alexandre Lobão Rocha e Adhemar Marcondes de Moura

RELATOR : Min. JOSÉ DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO

REVISOR : Min. ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA

Nº 048884-1/BA

APELANTES: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto a Auditoria da 6ª CJM e AGNILODO BISPO DE JESUS, Cb. Ex., condenado a 01 ano e 04 meses de prisão, Inciso, por desclassificação, no artigo 208, § 1º, do CPM.

APELADA : A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 6ª CJM, de 20 de outubro de 1992.

ADVOGADO : Dr. Sérgio Alexandre Menezes Habib

RELATOR : Min. JORGE JOSÉ DE CARVALHO

REVISOR : Min. ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA

## CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO

Nº 0155-8/DF

O Exmo Sr. Ministro de Estado de Exército em cumprimento ao disposto no art. 13, inciso V, alínea "A" da Lei nº 5.836/72, encaminha os autos do Conselho de Justificação a que foi submetido o 2º Ten. Ex. IRINEU ARAKAKI.

RELATOR: Min. JOSÉ DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO

REVISOR: Min. ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES

## CORREÇÃO PARCIAL (FO)

Nº 01418-0/RS

REQUERENTE: O JUIZ-AUDITOR CORREGEDOR DA JUSTIÇA MILITAR.

REQUERIDO : O Despacho do Exmo Sr. Juiz-Auditor da 2ª Auditoria da 3ª CJM, de 17 de novembro de 1992, que determinou o arquivamento do IPM nº 28/92, referente ao Cb. Ex. CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA GONÇALVES.

RELATOR : Min. EVERALDO DE OLIVEIRA REIS

## EMBARGOS (FO)

Nº 048712-6/PA

EMBARGANTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR.

EMBARGADO : O Acórdão do Superior Tribunal Militar, de 24 de novembro de 1992.

ADVOGADOS : Drs. Nazaré Lúcia Almeida Fernandes, Arlosvaldo de Góis Costa Homem e Sueley Pereira Ferreira

RELATOR : Min. WILBERTO LUIZ LIMA

REVISOR : Min. ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES

## PETIÇÃO (FO)

Nº 0434-0/PA

ANASTÁCIO VITOR DE OLIVEIRA, ex-Cb. Ex., apenado no Processo nº 10/81-3, requer a decretação da extinção da punibilidade em razão da prescrição da pretensão executora na forma do art. 123, inciso IV, do CPM.

ADVOGADO: Dr. Arlosvaldo de Góis Costa Homem

RELATOR : Min. JOSÉ DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO

## RECURSO CRIMINAL (FE)

Nº 06066-8/PR

RECORRENTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto a Auditoria da 5ª CJM.

RECORRIDA : A Decisão do Exmo Sr. Juiz-Auditor da Auditoria da 5ª CJM, de 18 de novembro de 1992, que manteve a Decisão de D4 de novembro de 1992, que indeferiu o pedido de diligências formulado pelo Recorrente nos autos do IPD nº 415/92, referente ao Sd. Ex. CLAIR SANTO LEVANDOVSKI.

ADVOGADA : Drª Ione de Souza Cruz Mesquita

RELATOR : Min. CHERUBIM ROSA FILHO

## RELATÓRIO DE CORREÇÃO (STM)

Nº 083-0/DF

O Exmo Sr. Juiz-Auditor Corregedor da Justiça Militar encaminha o Relatório das Correções realizadas nas Auditorias da 8ª e 12ª CJMs.

RELATOR: Min. PAULO CÉSAR CATALDO

## REPRESENTAÇÃO DE INDIGNIDADE

Nº D27-0/DF

O Exmo Sr. Procurador-Geral da Justiça Militar representa ao Superior Tribunal Militar, visando a Declaração de Indignidade para o Oficialato do 1º Ten. Temp. Ex. UBIRACY COZENDEY SEPÚLVIDA, com a consequente perda do Posto e Patente.

RELATOR: Min. EVERALDO DE OLIVEIRA REIS

REVISOR: Min. ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA

=====RESUMO GERAL=====

## MINISTROS

## DISTRIBUIÇÃO

## RELATOR REVISOR

ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA	0	4
ALDO DA SILVA FAGUNDES	0	1
ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES	0	4
CHERUBIM ROSA FILHO	2	0
EVERALDO DE OLIVEIRA REIS	3	0
EDUARDO PIRES GONCALVES	0	1
GEORGE BELHAM DA MOTTA	1	0
JOSÉ DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO	3	0
JORGE JOSÉ DE CARVALHO	2	0
LUIZ LEAL FERREIRA	1	0
PAULO CÉSAR CATALDO	1	1
WILBERTO LUIZ LIMA	2	0
TOTAL	15	11

Nada mais havendo, foi encerrada a presente Ata de Distribuição, e eu, LUIZ MALTA COELHO, Diretor da Diretoria Judiciária a subscrevo.

Brasília-DF., 18 de dezembro de 1992

HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA  
 Presidente

PROCESSOS COM DECISÕES TRANSITADAS EM JULGADO, RELACIONADOS NO MÊS DE OUT/NOV DE 1992, NOS TERMOS DO ART. 28, II, LETRA "H", DAS NORMAS DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR  
(ATO Nº 5.418, DE 30.09.80)

Nº	NOME	AUDITORIA	TRANSITOU PARA		OFÍCIO SETEA Nº	DIA
			M. P. M.	DEFESA		
46.568-5 FO	LUCIO FRANCISCO ARRUDA	2ª AUDMAR	-	24.09.92	679	05.10.92
46.595-2 FO	ALCIR SENA VALE	2ª AUDMAR	04.09.92	21.09.92	681	05.10.92
46.632-0 FO	MARCIO VENICIUS MAIA ROMANO	AUD. 8ª	17.08.92	21.09.92	684	05.10.92
46.475-1 FO	ANTONIO BRAGA DE VASCONCELOS	2ª AUDMAR	-	28.09.92	685	06.10.92
46.735-3 FE	HILTON JESSE COSTA FOSSETI	1ª/3ª CJM	-	28.09.92	690	06.10.92
46.713-2 FE	CLODOALDO NASCIMENTO ROSA	AUD. 8ª	-	01.10.92	694	06.10.92
46.722-1 FE	ALAN ALAYDE DA SILVA	AUD. 12ª	-	23.09.92	696	06.10.92
46.750-5 FE	JOSÉ ADRIANO LEITE XAVIER	1ª AUDEX	-	05.10.92	699	13.10.92
46.749-3 FE	MARCOS RAMOS DA SILVA	2ª AUDMAR	-	08.10.92	700	13.10.92
46.748-5 FE	RAFAEL DE SOUZA GONÇALVES	2ª AUDMAR	-	08.10.92	701	13.10.92
46.733-7 FE	PETER RIBEIRO ROA	1ª/2ª CJM	-	08.10.92	702	13.10.92
46.672-1 FE	VARDELMI MARQUES BARBOSA	2ª/3ª CJM	-	28.09.92	703	13.10.92
46.660-8 FE	GEREMIAS SARAIWADA DA SILVA	AUD. 12ª	-	18.09.92	706	13.10.92
46.721-3 FE	LEONARDO SOUSA DOS SANTOS	AUD. 12ª	-	21.09.92	707	13.10.92
46.724-6 FO	FÁBIO JORGE BARRETO TAVARES	1ª AUDEX	13.10.92	-	710	14.10.92
46.725-6 FE	ALESSANDRO ALVES RODRIGUES	2ª AUDEX	-	07.10.92	712	14.10.92
46.702-7 FE	JONES FERREIRA BARBOSA	AUD. 12ª	14.09.92	05.10.92	713	14.10.92
46.755-8 FE	DOGLAS DA SILVA OLIVEIRA	AUD. 11ª	-	01.10.92	719	20.10.92
46.561-8 FO	PAULO AYRES SIDI	1ª/3ª CJM	-	19.10.92	721	20.10.92
46.747-7 FE	LUCIANO LIMA LOBO	3ª/2ª CJM	-	13.10.92	728	20.10.92
46.692-4 FO	SANDRO VALÉRIO BRUNO	2ª AUDEX	-	13.10.92	738	22.10.92
46.744-2 FE	SÍLVIO CÉSAR BOAVENTURA	AUD. 5ª	-	13.10.92	739	22.10.92
46.199-0 FO	ELIEZER CANEDO DE SOUZA	AUD. 11ª	-	13.10.92	740	22.10.92
44.797-0 FO	OTONIEL CAVALCANTE	AUD. 11ª	-	13.10.92	741	22.10.92
46.592-8 FO	ROBINSON RODRIGUES PEREIRA	2ª AUDEX	-	18.09.92	748	27.10.92
46.592-8 FO	VALDEMIRO SCARTON FILHO	2ª AUDEX	-	25.09.92	748	27.10.92
46.592-8 FO	RÓMULO CESAR OLIVEIRA DE MENEZES	2ª AUDEX	-	05.10.92	748	27.10.92
46.592-8 FO	JAIRO FERNANDES	2ª AUDEX	-	21.09.92	748	27.10.92
46.625-8 FO	LÚCIO JOSÉ FERNANDES	AUD. 9ª	-	13.10.92	749	27.10.92
46.662-2 FE	ÉDIO CARLOS PEREIRA DA SILVA	AUD. 11ª	-	19.10.92	757	28.10.92
46.671-1 FO	GILSON WILSON STAUDT	3ª/3ª CJM	21.09.92	-	761	29.10.92
46.671-1 FO	ALEXNALDO BATISTA DA SILVA	3ª/3ª CJM	28.09.92	-	761	29.10.92
46.668-1 FO	MARCO ANTONIO DINIZ SILVA	2ª AUDMAR	-	30.10.92	769	03.11.92
46.761-0 FO	ARTUR ALEXANDRE VASCONCELOS BEZERRA CAVALCANTE	AUD 11ª	03.11.92	-	770	03.11.92
46.627-4 FO	GILDO FERNANDES SOUZA	AUD 11ª	21.09.92	-	771	04.11.92
46.627-4 FO	JOSÉ ANTONIO DE LEMOS FILHO	AUD 11ª	21.09.92	26.10.92	771	04.11.92
46.627-4 FO	HEBER ALVES TOSTA, CLEUBER ALVES TOSTA, NELSON MOTA DE BASTOS, JOSÉ CARLOS DA SILVA e WILSON ARAÚJO DE JESUS	AUD 11ª	28.09.92	-	771	04.11.92
46.627-4 FO	HENRIQUE RAYMUNDO DYOTT FONTENELE SOBRINHO	AUD 11ª	28.09.92	03.11.92	771	04.11.92
46.627-4 FO	HELBER ALVES TOSTA, CLEUBER ALVES TOSTA e NELSON MOTA DE BASTOS	AUD 11ª	-	30.10.92	771	04.11.92
46.669-0 FO	VILSON COSTA	AUD 5ª	04.11.92	-	776	05.11.92
46.726-2 FO	LUIZ CLÁUDIO DE OLIVEIRA BARROSO	3ª AUDEX	-	26.10.92	783	05.11.92
46.708-6 FE	JOÃO MARTINS DE BRITTO	AUD 9ª	-	30.10.92	785	05.11.92
46.529-4 FO	JOÃO BATISTA CRUZ GONÇALVES	AUD 12ª	18.05.92	-	787	05.09.92
46.656-8 FO	PAULO CESAR VIEIRA DE OLIVEIRA	AUD 11ª	-	03.11.92	786	05.11.92
46.699-1 FO	WASHINGTON DE OLIVEIRA GERÔNCIO	2ª AUDEX	09.11.92	-	808	17.11.92
46.667-5 FE	AMARILDO RAIMUNDO CAVALCANTI	2ª AUDMAR	-	06.11.92	809	17.11.92
46.752-3 FE	ROGÉRIO FAUSTINO RUSSO	AUD 4ª	-	09.11.92	812	17.11.92
46.639-8 FO	PAULO GILBERTO DE GÓES	AUD 5ª	-	03.11.92	813	17.11.92
46.727-2 FE	RENATO DOS SANTOS PINHEIRO	AUD 12ª	-	30.10.92	818	17.11.92
45.836-0 FO	ROBERTO RODRIGUES PINHEIRO	3ª AUDEX	-	13.11.92	828	19.11.92
46.786-8 FE	WILSON DA SILVA	3ª/3ª CJM	-	09.11.92	820	19.11.92
46.628-2 FO	LUIZ ADAIR CRAVCZYK LAMARQUE	3ª/3ª CJM	16.11.92	-	831	24.11.92
46.695-0 FE	FELIPE JOSÉ FRAZÃO IZAQUIEL	1ª AUDEX	19.10.92	13.11.92	833	24.11.92
45.919-7 FO	MARCO AURELIO DE OLIVEIRA	3ª AUDEX	-	18.11.92	835	24.11.92
46.676-4 FE	JUDILSON MARQUES BATISTA	AUD 11ª	-	23.11.92	844	27.11.92
46.762-0 FE	JÚLIO PEREIRA BARBOSA	AUD 11ª	-	23.11.92	845	27.11.92
46.779-5 FE	WANDERSON LIMA VENTURA	AUD 11ª	-	23.11.92	846	27.11.92
46.751-3 FO	SÉRGIO SILVA DOS SANTOS	1ª AUDEX	23.11.92	-	836	27.11.92
46.731-0 FE	WELIANDRO NUNES DIAS	2ª AUDMAR	-	23.11.92	840	27.11.92
EMBARGOS						
46.342-2 FO	ANTONIO MAZUCATO	2ª AUDMAR	-	19.10.92	731	20.10.92
46.576-0 FO	WELLLEN DE ARAÚJO FERREIRA	AUD 11ª	-	19.10.92	744	27.10.92
46.526-3 FO	JOSE ROBERTO DOS SANTOS	AUD 11ª	-	13.10.92	750	27.10.92
46.239-6 FO	RENATO DE ALMEIDA	2ª AUDMAR	-	16.10.92	751	27.10.92
46.358-9 FO	UBIRACY COZENDEY SEPULVIDA	AUD 12ª	-	05.11.92	817	17.11.92
EMB. DE DE CLARAÇÃO						
46.698-2 FE	ADONIS DOS SANTOS FALKEMBACK	3ª/3ª CJM	-	03.11.92	811	17.11.92
RECURSO CRI MINAL						
6.033-8	JOSÉ ROSA LOPES	3ª/3ª CJM	07.10.92	-	692	06.10.92
6.040-0	CARMELITO BOTTON	DMOV	30.10.92	-	764	03.11.92
REVISÃO CRI MINAL						
1.243-1	JOSÉ VALDI DE MENESSES	3ª/2ª CJM	-	19.10.92	746	27.10.92
H. CORPUS						
32.856-4	JOSÉ LUIZ DO AMARAL FERREIRA	AUD 8ª	-	19.10.92	722	20.10.92
32.852-1	CARLOS ROBERTO MARQUES SANT'ANNA	1ª/3ª CJM	-	19.10.92	723	20.10.92
32.860-2	ESMERALDO CARMO DE JESUS	AUD 8ª	-	19.10.92	724	20.10.92
32.854-8	ALBERTO SALAME	1ª/2ª CJM	-	19.10.92	727	20.10.92
32.855-6 e	ROGÉRIO TEODORO MARCELINO	1ª AUDAER	-	19.10.92	729	20.10.92
32.849-1	ENIO LANDI COSTA FERREIRA	1ª/2ª CJM	-	19.10.92	732	20.10.92
32.853-0	CLÁUDIO DA SILVA CARDOSO	AUD 9ª	-	19.10.92	742	27.10.92
32.863-7	JOÃO JORGE TRINDADE	1ª/3ª CJM	-	30.10.92	762	03.11.92
32.861-0	CARLOS EDUARDO GONÇALVES DIAS	1ª/3ª CJM	-	30.10.92	763	03.11.92
32.857-2	MIGUEL BENEDITO BARBOSA CARDOSO	AUD 8ª	-	30.10.92	766	03.11.92
32.846-7	AGNALDO FLORÊNCIO	2ª AUDEX	-	30.10.92	767	03.11.92

Nº	NOME	AUDITORIA	TRANSITOU PARA		OFÍCIO SETEA Nº	DIA
			M.P.M.	DEFESA		
32.865-3	WAGNER BELEM DE SOUZA	AUD 12 <sup>a</sup>	-	30.10.92	768	03.11
32.871-8	JOSE CAETANO DA SILVA	AUD 11 <sup>a</sup>	-	16.11.92	834	24.11

ROSA DE MENEZES BELOTA, Supervisora do SETEA; AMÉLIA OLIVEIRA DE ANDRADE CARVALHO, Supervisora da SEJUD; VISTO: ANTÔNIO ALVES CRISPIM, Vice-Diretor, no exercício da Diretoria Judiciária.

### Auditória de Correição da Justiça Militar

JUIZ-AUDITOR CORREGEDOR  
DIRETOR DA SECRETARIA

Dr. Carlos Augusto C. de Moraes Rego  
Dra. Vera Regina Saliba Alves Branco

ATA No 10/92  
AUDIENCIA REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 1992

Aos dezito dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e dois, nesta cidade de Brasília-DF, na sede da Auditoria de Correição da Justiça Militar, presentes o Juiz-Auditor Corregedor, Dr. Carlos Augusto Cardoso de Moraes Rego e a Diretora de Secretaria, Dra. Vera Regina Saliba Alves Branco, foi, pelo Corregedor, declarada aberta a audiência às 13:00 horas. A seguir, foram publicados os despachos proferidos nos autos vistos em correição no período de 01 de dezembro a 18 de dezembro do corrente ano, na forma do art. 14, I, letras 'b' e 'c', da Lei nr. 8.457/92 e do Provimento nr. 10 do Exmo. Sr. Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar. AUTOS RETENIDOS AO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. 2A. AUDITORIA DA 3A. CJM. REPRESENTAÇÃO. INQUERITO POLICIAL-MILITAR. AF n. 2668/92, IPM 28/92, 2AU03CJM, 3 vols. Carlos Alberto de Oliveira Gonçalves - Indicado. O Juiz-Auditor Corregedor da Justiça Militar, com fundamento no art. 14, inciso I, letra 'c', da Lei nr. 8457/92, c/c o art. 498, letra 'b', do CPPM, requeirer CORREIÇÃO PARCIAL nos Autos de IPM nr. 28/92 da 2a. Auditoria da 3a. CJM, em que figurou como indicado o C8 CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA GONÇALVES, não se conformando com o despacho do Exmo. Dr. Substituto de Juiz-Auditor que determinou fossem os mesmos arquivados, eis que, como passara a demonstrar, existem suficientes indícios da prática do delito previsto no art. 206, par. segundo do CPPM, bem como de sua autoria, a ser atribuída ao referido Cabo do Exército Brasileiro. Trata-se de uma brutal colisão de veículos, ocorrida na manhã do dia 07.08.92, na estrada que une o município de São Gabriel a capital do Estado do Rio Grande do Sul, quando uma carreta militar da marca SCANIA, do ano de fabricação 1972, com indicativo militar EB 3414245266, pertencente ao décimo 3. Log. (Alegrete-RS), saíndo da pista em que transitava, veio a esmagar um automóvel de marca VOYAGE, placa UE-0982, de Porto Alegre, passando literalmente por cima do mesmo, provocando a imediata tragica morte de seus dois ocupantes, os jovens JOSE FRANCISCO MARTINS DE MACEDO FILHO e MAURO ALDIOZIO LAUXEN, que tiveram suas cabeças decepadas, como comprovam as fotografias existentes no volume em anexo, indo, em seguida, chocar-se com outro automóvel, o KADETT de placa NF-0101, de São Gabriel-RS, causando graves ferimentos em CLAUDIO MUNHOZ TEIXEIRA e em sua filha menor VANESSA NIEMIEC TEIXEIRA. Não se pode negar que o Sr. Encarregado do IPM tenha sido zeloso, tanto que o seu trabalho, acolhido pela Procuradoria Militar (fls. 468/470) e pelo Substituto de Juiz-Auditor (fls. 471/472,v), correspondeu a mais de 2 (dois) volumes, eis que, além de indicado e do ofendido, ouviu quase 30 (trinta) testemunhas, todas militares, além de realizar uma investigação pessoal, junto com o ofendido, em plena estrada, local do lamentável acidente, a fim de elucidar duvidas pessoais. Mesmo assim, não nos parecem convincentes as suas conclusões, até porque, em verdade, consideramos que foi de todo desnecessária a oitiva da grande maioria das testemunhas, notadamente aquelas que estavam a quilômetros de distância da ocorrência, e, mais ainda, de umas outras que apenas foram chamadas a esclarecer quanto a um problema mecânico envolvendo outra carreta militar (fls. 338/339, 340/341 e 342/344). Por outro lado, deixou de convocar para esclarecimentos os integrantes da Polícia Rodoviária Federal, situada nas proximidades, que logo se fizeram presentes e que, embora não tenham assistido ao evento, poderiam ter trazido informações muito mais importantes que os integrantes, por exemplo, das fls. 4a., 5a. e 6a. viaturas do comboio, que ou já tinham passado ou ainda demoraram a passar pelo local. Os policiais rodoviários poderiam até mesmo esclarecer quanto a existência de uma "Pick up" azul, que, segundo os dois ocupantes da carreta acidentada, estaria, no momento do acidente, transitando bem à frente da mesma. O postinho da PRF ficava bem próximo, pelo que seria muito provável qualquer informação neste sentido. Estapafurdias, em nosso entendimento, são as conclusões do "Relatório de Diligência" de fls. 335/337, confirmadas no Relatório de fls. 437/452, quando, aplicando-se uma banal regra de três (vejase, especificamente, as fls. 443), faz-se uma afirmativa que a carreta transitava a 60 Km/h. Não é desta maneira, desprezando-se as regras técnicas, que se pode chegar a uma conclusão, momente de uma forma tão categorica e definitiva. Tudo indica, provavelmente pelas características excessivamente tragicas do evento, que havia uma tendência em favor do indicado, tanto que se chegou a reinquirir uma testemunha - Seg. Ten JOSE OSNI DOS SANTOS (fls. 323/325) - para que, entre outros dados, fosse esclarecido se o Cb OLIVEIRA estava em boas condições ao prestar as suas declaracões na Delegacia de São Gabriel, onde admitiu que transitava a uma velocidade excessiva, de 75 Km/h. Esqueceu-se que também o outro ocupante da viatura, o Cb-MAIA, taxativamente afirmara que essa era a velocidade, como ratificou no IPM, pois, verguntado qual a velocidade da carreta no momento do acidente, respondeu "que entre 65 a 75 Km/h" (fls. 49/50). Não é esta a tradicão da Justiça Militar, que, ao contrário do que pretendem certos críticos mal intencionados, jamais adotou uma postura corporativista, totalmente imprópria a um órgão do Poder Judiciário. Por isso mesmo, entendemos que não possa prevalecer o arquivamento deste feito, permitindo-se, através de uma instrução criminal isenta serena, uma apuracão adequada da responsabilidade penal do Cb-OLIVEIRA. Não nos furtamos a apreciação das perícias realizadas, todas indicando a possibilidade de uma falha técnica, mas todas não necessariamente elucidativas. Veja-se os depoimentos dos dois peritos da Polícia do Exercito (fls. 260/261 e 262/264) que, quando chegaram no local, este já havia sido desfeito, pois ate mesmo a viatura militar já estava sendo retirada. Mais ainda, pelo longo depoimento do Cap ENNES (fls. 53/58), pode-se afirmar que, além dos inumeros problemas que a própria colisão, extremamente violenta, causou necessariamente a correta militar, também o difícil trabalho de retirada da mesma do talude em que caiu, nos quais chegou a se utilizar em trator, mas danos causou a viatura, pelo que impossível seria se precisar, como pretendeu a perícia, que houve falha mecânica momentos antes do evento. Alias, neste sentido da imprecisão, e o parecer visto as fls. 402, obtido por solicitação do Tenente que foi o Encarregado do Inquerito Técnico e que foi juntada por xerocopia. Neste parecer, temos repetidamente palavras como "provavelmente", "levantar a possibilidade", "dificuldades", "conjectura", ou seja, nada de concreto. Mesmo assim, ao que tudo indica, a ruptura na zona roscada, pela inexistencia de oxidação, poderia ter se verificado durante o evento. Desta forma, tendo em vista a imprecisão e a precariedade das perícias realizadas, e, principalmente, tendo em vista que os tres únicos depoimentos das pessoas sobreviventes do tragic evento guardam uma certa semelhança, sendo, pois, indiscutível, que a viatura dirigida pelo Cb OLIVEIRA transitava bem atras de um outro veículo - nada se tendo feito para que este fosse identificado - do qual teria se aproximado perigosamente, tanto que o motorista, como chegou a admitir, no que foi ratificado pelo Cb MAIA, teve necessidade de empregar, inconsistentemente, o sistema de frenagem, vindo a sair para a esquerda, já desgovernado e em velocidade acima daquela permitida para veículos do seu porte, pelo que e de ser admitido que tenha agido com imprudencia, que bem só podera ser apurada ao curso da instrução criminal. Nestas condições, em obediencia aos ditames de nossa formação jurídica, que não permite concordar, a priori, que fique sem a necessaria apreciação judicial um evento tão grave, mesmo que culposo, insurgindo-nos contra a respeitável decisão de fls. 471/472.v, que determinou o arquivamento do presente IPM, ate porque existe, como comentado, suficientes indícios da prática de homicídio culposo por parte do Cb CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA GONÇALVES, agravado pela ocorrência de mais de uma morte e de outras tantas lesões corporais, ensejando, destarte, a promissoria da competente ação penal, pelo que, uma vez conhecida e deferida a presente, devem ser os autos encaminhados a Procuradoria Geral da Justiça Militar, para os devidos fins de direito. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE. Auditoria de Correição da Justiça Militar aos sete de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e dois. AUDITORIA DA 4A. CJM. ARQUIVAMENTO. EXECUÇÃO PENAL. AF n. 2679/92, EXE , AUDACJM, 1 vol. Marco Antonio Migno - Condenado. Visto, etc. Ao Arquivo do STM, oportunamente, ressalvando-se que o carimbo de protocolo, visto as fls. B4.v, não foi preenchido. Brasília-DF, 10

de dezembro de 1992. AF n. 2680/92, EXE , AUDACJM, 1 vol. Daniel Cesar de Souza - Condenado. AF n. 2681/92, EXE , AUDACJM, 1 vol. Ezio Jose de Abreu Galego - Condenado. Visto, etc. Ao Arquivo do STM, oportunamente, ressalvando-se que falta a assinatura do Sr. Diretor de Secretaria no carimbo de conclusão visto as fls. 43. Visto, etc. AF n. 2681/92, DES 2/68-0, 1MARICJM, 1 vol. Dainer Brandao Lopes - Encarregado de Inquerito. Visto, etc. Ao Arquivo do STM, oportunamente, ressalvando-se que o presente feito, ao ser recebido, oriundo da Auditoria da 1a. CJM, que declinou da competencia, não foi convenientemente autuado. Brasília-DF, 10 de dezembro de 1992. AUTOS RETENIDOS AS AUDITORIAS DE ORIGEM (Prov. Nr. 10-STM). 1A. AUDITORIA DA MARINHA DA 1A. CJM. ARQUIVAMENTO. DESERCAO. AF n. 2687/92, DES 509/92-2, 1MARICJM, 1 vol. Ricardo da Silva Comucci - Deserter. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que o ofício de fls. 67 deveria ter sido assinado pelo Juiz-Auditor. Brasília-DF, 07 de dezembro de 1992. AF n. 2713/92, DES 2/68-0, 1MARICJM, 1 vol. Jose Bernardo Gomes - Deserter. EXECUÇÃO PENAL. AF n. 2688/92, EXE , 1MARICJM, 1 vol. Ricardo da Silva Comucci - Condenado. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que o indulto, que é um incidente de execução, deveria ter sido apreciado neste processo executorio. Brasília-DF, 07 de dezembro de 1992. FORMA ORDINARIA. AF n. 2714/92, FO 9/92-0, 1MARICJM, 1 vol. Evandro Jose Bernardo da Silva - Acusado. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, com as seguintes ressalvas: a) os ofícios de fls. 92 e 100 foram indevidamente assinados pela Diretora de Secretaria; b) há rasuras nas numeracões das fls. 126 e 127. Brasília-DF, 16 de dezembro de 1992. INQUERITO POLICIAL-MILITAR. AF n. 2686/92, IPM 41/92, 1MARICJM, 1 vol. Alexandre Tadeu Reginaldo Russo - Encarregado de Inquerito. AF n. 2711/92, IPM 45/92, 1MARICJM, 2 vols. Paule Roberto Cardoso Vicente e outros - Indicado. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, observando-se apenas que a ultima folha na origem, que deveria ser a 316, não recebeu qualquer numero. Brasília-DF, 16 de dezembro de 1992.2A. AUDITORIA DE MARINHA DA 1A. CJM. ARQUIVAMENTO. DESERCAO. AF n. 2715/92, DES 524/92-0, 2MARICJM, 1 vol. Marcio Jose Cardoso da Silva - Deserter. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que o equivoco constante da Ata de fls. 105/106 pois as partes, em verdade, se presentes a leitura da sentença, ficas intimadas, como seria o caso presente. Brasília-DF, 16 de dezembro de 1992. AF n. 2716/92, DES 523/92-3, 2MARICJM, 1 vol. Robson Barros da Conceicao - Deserter. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que a Sra. Diretora de Secretaria não assinou no carimbo de juntada visto as fls. 73.v. Brasília-DF, 16 de dezembro de 1992. EXECUÇÃO PENAL. AF n. 2643/92, EXE , 2MARICJM, 1 vol. Valdeir de Almeida Goncalves - Condenado. AF n. 2644/92, EXE , 2MARICJM, 1 vol. Joao de Souza Batista - Condenado. AF n. 2666/92, EXE , 2MARICJM, 1 vol. Jose Reinaldo Franco - Condenado. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, observando-se que a Ficha de Execução de Sentença (fls. 03) não está atualizada. Brasília-DF, 10 de dezembro de 1992. AF n. 2667/92, EXE , 2MARICJM, 1 vol. Carmen Dias Pereira - Condenado. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, com as seguintes ressalvas: a) ter havido excessiva demora na expedicao da Carta Precedencia à Auditoria da 6a. CJM, para fiscalizar as condicões do surcis, mesmo se considerando o que consta da informacao de fls. 44; b) não se encontra atualizada a Ficha de Execução de Sentença visto as fls. 03; c) não foi rubricada pelo Sr. Diretor de Secretaria a folha de nr. 53; d) não se encontra datado o despacho exarado na mesma folha acima mencionada. Brasília-DF, 11 de dezembro de 1992. AF n. 2668/92, EXE , 2MARICJM, 1 vol. Valmir Reis Costa - Condenado. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, observando-se que a Ficha de Execução de Sentença (fls. 03) não está atualizada. Brasília-DF, 10 de dezembro de 1992. AF n. 2669/92, EXE , 2MARICJM, 1 vol. Lucio Francisco Arruda - Condenado. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, observando-se que a Ficha de Execução de Sentença (fls. 03) não está atualizada. Brasília-DF, 10 de dezembro de 1992.1A. AUDITORIA DO EXERCITO-DA 1A.CJM. ARQUIVAMENTO. FORMA ORDINARIA. AF n. 2616/92, FO 10/91-6, 1EXICJM, 1 vol. Marcelo dos Santos Petrucci Vieira - Acusado. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se não ter sido obedecida a expressa disposição do art. 443 do CPPM, que determina deve ser a sentença lida em publica audiencia. Brasília-DF, 02 de dezembro de 1992. AF n. 2617/92, FO 16/92-2, 1EXICJM, 1 vol. Almir Gomes de Oliveira - Acusado. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se não ter sido obedecida a regra contida no art. 443 do CPPM, eis que foi excedido o prazo previsto para a leitura da sentença, que, além do mais, não ocorreu em audiencia publica. Brasília-DF, 02 de dezembro de 1992. INSTRUÇÃO PROVISORIA DESERCAO. AF n. 2609/92, IPO 334/92, 1EXICJM, 1 vol. Joao Batista - Deserter. AF n. 2610/92, IPO 330/92, 1EXICJM, 1 vol. Carlos dos Santos - Deserter. AF n. 2611/92, IPO 328/92, 1EXICJM, 1 vol. Ilmo Engelhardt - Deserter. AF n. 2612/92, IPO 326/92, 1EXICJM, 1 vol. Genecio do Amaral Freitas - Deserter. AF n. 2613/92, IPO 332/92, 1EXICJM, 1 vol. Manoel Gomes Brito - Deserter. AF n. 2614/92, IPO 324/92, 1EXICJM, 1 vol. Nilson Marinho de Carvalho - Deserter. AF n. 2615/92, IPO 322/92, 1EXICJM, 1 vol. Wilson Bispo dos Santos - Deserter. AF n. 2670/92, IPO 323/92, 1EXICJM, 1 vol. Joaquin Jorge dos Santos - Deserter. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que se encontram xerocópios os carimbos e o despacho visto as fls. 26. Brasília-DF, 10 de dezembro de 1992. AF n. 2671/92, IPO 325/92, 1EXICJM, 1 vol. Antonio da Graca Rangel Sales - Deserter. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, observando-se que os carimbos e despacho de fls. 27, a exceção da assinatura do Juiz-Auditor, estavam indevidamente em xerocopia. Brasília-DF, 10 de dezembro de 1992. AF n. 2672/92, IPO 327/92, 1EXICJM, 1 vol. Nelson Chagas - Deserter. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que se encontram xerocópiados os carimbos e o despacho visto as fls. 26. Brasília-DF, 10 de dezembro de 1992. AF n. 2673/92, IPO 329/92, 1EXICJM, 1 vol. Licinio Ramos Wanderley - Deserter. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que se encontram xerocópios os carimbos e o despacho visto as fls. 26. Brasília-DF, 10 de dezembro de 1992. AF n. 2674/92, IPO 331/92, 1EXICJM, 1 vol. Jose da Conceicao - Deserter. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que se encontram xerocópiados os carimbos e o despacho visto as fls. 26. Brasília-DF, 10 de dezembro de 1992. AF n. 2675/92, IPO 338/92, 2EXICJM, 1 vol. Carlos Renato Lopes Pessos - Deserter. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, observando-se que não ha informacao quanto ao cumprimento do Alvará de Soltura, pelo que deveria a Corregedoria, tão logo quanto possível, ser esclarecida a respeito. Brasília-DF, 10 de dezembro de 1992. INQUERITO POLICIAL-MILITAR. AF n. 2618/92, IPM 59/92, 2EXICJM, 1 vol. Renato Xavier Costa - Indicado. 3A. AUDITORIA DO EXERCITO DA 1A.CJM. ARQUIVAMENTO. EXECUÇÃO PENAL. AF n. 2708/92, EXE , 3EXICJM, 1 vol. Andre Luiz de Souza - Condenado. AF n. 2709/92, EXE , 3EXICJM, 1 vol. Carlos Alberto de Oliveira - Condenado. AF n. 2710/92, EXE , 3EXICJM, 1 vol. Adilson Lopes da Silva - Condenado. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que o presente feito, ao ser recebido, oriundo da Auditoria da 1a. CJM, que declinou da competencia, não foi convenientemente autuado. Brasília-DF, 02 de dezembro de 1992. AF n. 2620/92, IPD 328/92, 3EXICJM, 1 vol. Maltinho Batista da Silva - Deserter. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que o presente feito, ao ser recebido, oriundo da Auditoria da 1a. CJM, que declinou da competencia, não foi convenientemente autuado. Brasília-DF, 02 de dezembro de 1992. AF n. 2622/92, IPO 332/92, 3EXICJM, 1 vol. Edvaldo Estevan - Deserter. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que o presente feito, ao ser recebido, oriundo da Auditoria da 1a. CJM, que declinou da competencia, não foi convenientemente autuado. Brasília-DF, 02 de dezembro de 1992. AF n. 2623/92, IPD 334/92, 3EXICJM, 1 vol. Morival Bonfacio - Deserter. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que o presente feito, ao ser recebido, oriundo da Auditoria da 1a. CJM, que declinou da competencia, não foi convenientemente autuado. Brasília-DF, 02 de dezembro de 1992. AF n. 2624/92, IPD 323/92, 3EXICJM, 1 vol. Francisco Genesio da Silva - Deserter. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que o presente feito, ao ser recebido, oriundo da Auditoria da 1a. CJM, que declinou da competencia, não foi convenientemente autuado. Brasília-DF, 02 de dezembro de 1992. AF n. 2625/92, IPD 325/92, 3EXICJM, 1 vol. Waldyr Lourenco - Deserter. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que o presente feito, ao ser recebido, oriundo da Auditoria da 1a. CJM, que declinou da competencia, não foi convenientemente autuado. Brasília-DF, 02 de dezembro de 1992. AF n. 2626/92, IPD 327/92, 3EXICJM, 1 vol. Djalma Guedes da Silva - Deserter. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que o presente feito, ao ser recebido, oriundo da Auditoria da 1a. CJM, que declinou da competencia, não foi convenientemente autuado. Brasília-DF, 02 de dezembro de 1992. AF n. 2627/92, 3EXICJM, 1 vol. Djalma Guedes da Silva - Deserter. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que o presente feito, ao ser recebido, oriundo da Auditoria da 1a. CJM, que declinou da competencia, não foi convenientemente autuado. Brasília-DF, 02 de dezembro de 1992. AF n. 2628/92, 3EXICJM, 1 vol. Djalma Guedes da Silva - Deserter. Visto, etc. Ao Juizo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que o presente feito, ao ser recebido, oriundo da Auditoria da 1a. CJM, que declinou da competencia, não foi convenientemente autuado.

